

Escolas estaduais participam de capacitação que aposta no diálogo para resolução de conflitos

Sex 02 dezembro

Quatro escolas da rede estadual de ensino estão participando de um novo módulo de capacitação do Programa Núcleos para Orientação e Solução de Conflitos Escolares (NÓS), visando preparar as equipes dessas unidades a atuar na resolução de conflitos por meio do diálogo, a partir da metodologia da Justiça Restaurativa.

A iniciativa é resultado de parceria entre a [Secretaria de Estado de Educação \(SEE/MG\)](#), o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

(TJMG), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

SEE / Divulgação

A capacitação é feita com equipes de quatro escolas estaduais de Belo Horizonte: EE Sagrada Família II, pertencente à circunscrição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) Metropolitana A; a EE Silviano Brandão, da SRE Metropolitana B; a EE Anita Brina Brandão e a EE Professora Inês Geralda de Oliveira, ambas da Metropolitana C. O módulo supervisão, que abrange 32 horas/aula, é ministrado de forma presencial, por um tutor de Justiça Restaurativa qualificado. Cada uma das escolas conta com a participação de cinco servidores, que irão compor o núcleo do programa de coibição de violência nas respectivas instituições.

Programa NÓS

O Programa NÓS é uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Prefeitura de Belo Horizonte. Tem como objetivo orientar e capacitar os profissionais que atuam nas instituições de ensino do estado a resolver conflitos por meio do diálogo, a partir da metodologia da Justiça Restaurativa.

O projeto já beneficiou mais de 56.916 alunos das mais de 71 escolas estaduais contempladas e capacitadas, por meio dos núcleos de resolução de conflitos de cada instituição.

Justiça Restaurativa

O programa prevê a participação de todos os atores envolvidos no conflito – agressor, vítima e comunidade – na resolução dos problemas. Basicamente, ele se desenvolve a partir do senso de responsabilidade individual e coletivo do autor do ato danoso e dos demais que contribuíram direta ou indiretamente para que ele acontecesse, com atenção às necessidades dos envolvidos. Além disso, convida todos os envolvidos a contarem suas histórias e percepções sobre o ocorrido, em um ambiente seguro de iguais oportunidades de fala e escuta. Nos procedimentos restaurativos, é fundamental a construção de empatia que permita aos participantes se conectarem com sentimentos e vulnerabilidades uns dos outros.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "a Justiça Restaurativa é um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato são solucionados de modo estruturado".